

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.783 - PR (2019/0285008-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : ALDEBARAN MORES KWIATKOWSKI
ADVOGADO : ADRIANO BARBOSA - PR033023
EMBARGADO : MOTOMANIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS : MARCIO ADRIANO PINHEIRO - PR030303
LUIS RENATO RINCOSKI - PR044120
EMBARGADO : YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : MÁRCIO ALEXANDRE Malfatti e outro(s) - PR060094

DECISÃO

Tratam-se de embargos declaratórios opostos por ALDEBARAN MORES KWIATKOWSKI contra decisão (e-STJ, fls.898/906), que deu parcial provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a embargante afirma que a decisão não enfrentou jurisprudência suscitada nas razões recursais e deixou de observar o disposto no art. 489, §1º, VI do CPC, bem como que houve omissão quanto a negativa de vigência do art. 5º do CPC em decorrência da confiabilidade das informações prestadas por meio eletrônico com base na boa-fé objetiva e com relação a possibilidade de reconhecimento de dupla publicação e justa causa no descumprimento de prazo recursal, nos termos do art. 183, § 1º e 2º do CPC.

Foi apresentada impugnação às fls. 930/934.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre expor que a parte apresentou outros dois recursos de embargos posteriormente ao presente contra a mesma decisão, de modo que, em respeito ao princípio da unirrecorribilidade, não conheço das petições de nº 00743181/2019 e 00743183/2019.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são

cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados pela decisão embargada, que não reconheceu violação aos dispositivos mencionados com base na incidência da Súmula 83/STJ (e-STJ, fls. 901/903), o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

- 1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.*
- 2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.*
- 3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.*
- 4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)*

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator